



UMA HISTÓRIA DA HUNGRIA





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vice-reitor

Vahan Agopyan
Antonio Carlos Hernandez



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente

Carlos Roberto Ferreira Brandão

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente
Vice-presidente

Rubens Ricupero
Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro

Suplentes

Marta Maria Geraldtes Teixeira
Primavera Borelli
Sandra Reimão

Editora-assistente
Chefe Div. Editorial

Carla Fernanda Fontana
Cristiane Silvestrin





LÁSZLÓ KONTLER

UMA HISTÓRIA DA HUNGRIA

Tradução
LEILA V.B. GOUVÊA

edusp





Copyright ©Atlantisz Könyvkiadó, Budapeste, 2009.
Originalmente publicado em inglês com o título *A History of Hungary*

Ficha catalográfica elaborada pela Associação
Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu).

Kontler, László

Uma História da Hungria / László Kontler; Tradução Leila V. B. Gouvêa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
752 p.:il.; 23 cm.

Título original: *A History of Hungary*, 2009.

Inclui índice e lista de figuras.

ISBN 978-85-314-1777-1

1. História húngara. 2. Hungria. 3. Aspectos político-sócio-econômicos – Hungria. I. Gouvêa, Leila V. B. II. Título.

CDD 943.9

Direitos em língua portuguesa reservados à:

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2020

Foi feito o depósito legal





Sumário

Prefácio	11
Apresentação à Edição de 2008	15
Apresentação à Edição Brasileira	23
Introdução – Reflexões sobre Geografia Simbólica	35
 I – A TERRA, OS POVOS, AS MIGRAÇÕES	 47
1. Antes dos Magiares: Culturas Antigas e Invasores Nômades	47
<i>Dos Tempos Pré-históricos ao Período do Ferro</i>	47
<i>Os Celtas</i>	53
<i>Os Romanos</i>	55
<i>A Grande Migração dos Povos: Hunos, Gépidas, Lombardos, Avars e Eslavos</i>	58
2. Antigas Pátrias: Magiares, do Coração da Ásia às Fronteiras do Ocidente	64
<i>Teorias da Origem</i>	64
<i>O Uraliano e a Comunidade Fino-úgrica</i>	64
<i>A Migração dos Magiares</i>	66
 II – A CRIAÇÃO DE UMA MONARQUIA MEDIEVAL • 895-1301	 73
1. As Flechas e os Arados dos Húngaros: Conquista, Ataques, Povoamento	74
<i>A Conquista da Bacia dos Cárpatos</i>	74
<i>A Sociedade Húngara no Século X</i>	77
<i>Os Ataques de Rapina e seu Término</i>	80





2. Dinastias e Cristianismo, Santos e Legisladores	86
<i>Príncipe Géza</i>	86
<i>A Monarquia Cristã de Santo Estêvão</i>	89
<i>Os Turbulentos Meados do Século XI</i>	97
<i>Consolidação sob Ladislau I e Colomano</i>	100
3. Feudalismo: A Europa e a Hungria até Meados do Século XIII	108
<i>Estado e Sociedade no Ocidente e na Hungria</i>	108
<i>Vida Cultural nos Séculos XII e XIII</i>	114
<i>Guerras, Lutas pelo Poder e o Reinado de Béla III</i>	117
<i>Transformação Social e Política sob André II</i>	121
<i>A Invasão Mongol</i>	124
4. A Segunda Fundação da Hungria e a Última Casa de Árpád	125
<i>Recuperação sob Béla IV</i>	125
<i>A Desintegração da Autoridade Real</i>	130
III – IDADES DE OURO E DECLÍNIO • 1301-1526	135
1. A Monarquia Angevina	138
<i>Carlos Roberto e as Novas Bases do Poder Real</i>	138
<i>Reforma Fiscal e Condições Econômicas</i>	142
<i>Relações Exteriores sob os Angevinos</i>	144
<i>A Nobreza e o Campesinato</i>	149
<i>A Cultura do Século XIV</i>	153
2. Desafios e Respostas: Barões Rebeldes e Monarcas Vacilantes, Otomanos Conquistadores e um Senhor da Guerra Carismático	156
<i>Sigismundo de Luxemburgo, seus Barões e os Turcos</i>	156
<i>As Cidades Livres</i>	164
<i>A Igreja e seus Problemas</i>	165
<i>O Avanço Otomano</i>	169
<i>Contendas do Baronato e a Ascensão Huniade</i>	173
3. Matias Corvino, Rei da Renascença da Hungria	180
<i>Uma Monarquia Centralizada?</i>	180
<i>A Busca pelo Império</i>	185
<i>Um Lugar para as Artes e o Saber</i>	191
4. Crise Sociopolítica e o “Afastamento” Húngaro do Ocidente	195
<i>As Descobertas Geográficas e seu Impacto Socioeconômico</i>	195
<i>O Desaparecimento da Autoridade Real</i>	199
<i>Guerra Camponesa</i>	201
<i>A Ameaça Otomana</i>	204





IV – ENCRAVADA ENTRE IMPÉRIOS • 1526-1711	207
1. Um Baluarte da Cristandade, ou a Hungria Tripartite	210
<i>Da Batalha de Mohács à Queda de Buda</i>	210
<i>A Hungria dos Habsburgos</i>	214
<i>A Província Otomana</i>	216
<i>Guerra de Fronteira</i>	219
<i>A Ascensão do Principado da Transilvânia</i>	222
2. Protestantes e Católicos: Uma Disputa Criativa	225
<i>As Fases da Reforma</i>	225
<i>Cultura e Educação nos Séculos XVI e XVII</i>	228
<i>A Contrarreforma</i>	234
3. Paz, Guerra, e o Século da Decadência Húngara	238
<i>Condições Econômicas</i>	239
<i>Os Quinze Anos de Guerra e seu Impacto sobre a Sociedade Húngara</i>	242
<i>A Era de Ouro da Transilvânia e os Trinta Anos de Guerra</i>	245
<i>O Declínio da Transilvânia e a Centralização dos Habsburgos</i>	259
4. <i>Hungaria Eliberata?</i> A Expulsão dos Otomanos e a Guerra de Independência de Rákóczi	266
<i>A Expulsão dos Turcos e suas Consequências</i>	266
<i>O Primeiro Combate Anti-Habsburgo pela Independência</i>	271
V – ILUMINISMO, REFORMA E REVOLUÇÃO • 1711-1849	279
1. Monarcas e Classes Possuidoras, e os Limites do Compromisso	284
<i>O Acordo Pós-1711</i>	284
<i>A Situação da Nobreza Húngara</i>	289
<i>As Reformas Administrativa e Tarifária de Maria Teresa</i>	295
2. Monarcas e Classes Possuidoras, e os Limites do Iluminismo	300
<i>O Iluminismo e o Despotismo Esclarecido</i>	300
<i>O Campesinato, o Setor Agrário e a Educação</i>	303
<i>José II, Josefismo e seus Opositores</i>	306
<i>Reformistas Nobres e Conspiradores Jacobinos</i>	315
3. O Absolutismo Não Esclarecido e a Era da Reforma da Hungria	321
<i>O Acordo Conservador</i>	321
<i>As Condições Culturais, Sociais e Econômicas de uma Renovação Nacional</i>	325
<i>Dietas Reformistas e a Nobreza Liberal</i>	333
<i>Cultura e o Despertar Nacional entre os Povos da Hungria</i>	345
<i>Conservadores e Liberais</i>	350





4. A Revolução e a Guerra de Independência de 1848-1849	353
<i>A Dieta, a Revolução e a Constituição</i>	353
<i>Conflito Armado e Luta por Autodefesa</i>	361
<i>Independência, Intervenção e Derrota</i>	367
 VI – O ADVENTO DA MODERNIDADE E A PERSISTÊNCIA DO ANTIGO REGIME • 1849-1918	 373
1. Neoabsolutismo e o Compromisso	377
<i>Retaliação e Acordo</i>	377
<i>Condições Sociais e Econômicas no Período Pós-revolucionário</i>	379
<i>Resistência Passiva e os Emigrados Húngaros</i>	384
<i>A Crise de 1859-1861</i>	388
<i>A Via para o Compromisso de 1867</i>	392
2. Os “Felizes Tempos de Paz”, ou a Miragem de Grandeza	397
<i>Atitudes perante o Compromisso</i>	397
<i>A Natureza da Política, a Questão da Nacionalidade e os Partidos</i>	400
<i>A Política de Consolidação e o Milênio</i>	404
<i>Rumo à Crise do Dualismo</i>	416
3. Progresso, Prosperidade e as Flores da Decadência	429
<i>Agricultura e Sociedade Rural</i>	430
<i>Perspectivas de Mobilidade Social e o Sistema de Educação</i>	435
<i>Indústria, Comércio e as Classes Urbanas</i>	437
<i>Urbanização e Cultura Urbana</i>	441
<i>Arte, Música e Literatura</i>	446
4. A Hungria na Grande Guerra	453
<i>Feitos Militares</i>	453
<i>Diplomacia em Tempo de Guerra</i>	454
<i>As Tribulações do Interior</i>	457
<i>O Desafio à Integridade Territorial</i>	458
 VII – EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE • 1918-1945	 461
1. Revoluções e Desmembramento: A Hungria na Nova Ordem da Europa Central	465
<i>A Revolução Democrática de 1918</i>	465
<i>A República Soviética Húngara</i>	474
<i>Contrarrevolução e o Tratado de Paz de Trianon</i>	480
2. A Consolidação e os Experimentos de um Regime Conservador	487
<i>A Natureza do Regime de Horthy e a Política na Década de 1920</i>	487
<i>Economia, Sociedade e Cultura no Entreguerras</i>	496
<i>A Depressão Econômica</i>	510





3. A Hungria em uma Rota Fixa: O Relutante Satélite de Hitler e a Segunda Guerra Mundial	513
<i>A Direita Radical no Governo</i>	513
<i>Com a Alemanha, pela Revisão de Trianon</i>	522
<i>O Envolvimento da Hungria na Frente Oriental</i>	524
<i>A Ocupação Alemã, o Holocausto Húngaro e o Terror da Extrema Direita</i>	539
 VIII – UTOPIAS E SEUS MALOGROS • 1945-1989	 545
1. Reconstrução, Democracia e “Democracia do Povo”	551
<i>As Chances de Democracia</i>	551
<i>A Sucessão Comunista</i>	567
2. Os Anos de 1950: Stalinismo, o “Novo Rumo” e a Revolução de 1956	574
<i>A Ditadura Rákosi, o Terror Político e a Remodelação da Sociedade</i>	574
<i>A Arregimentação da Vida Cultural e Econômica</i>	583
<i>As Lutas pelo Poder de 1953-1956</i>	593
<i>A Revolução de 1956</i>	601
3. “O Mais Longo Caminho do Capitalismo para o Capitalismo”, ou as Limitações do <i>Realsozialismus</i>	606
<i>Retaliação e a Consolidação do Regime de Kádár</i>	606
<i>O Preparo do Comunismo Gulache e a Reforma Econômica de 1968</i>	616
<i>Liberdades sem Liberdade</i>	624
<i>Relações Internacionais sob Kádár</i>	637
<i>A Retomada e o Fracasso do Processo de Reforma</i>	642
<i>O Caminho Rumo à Transição para a Democracia</i>	647
 Epílogo – Rumo a Outro Milênio	 661
Nota sobre Pronúncias	681
Lista de Mapas	683
Lista de Figuras	685
Bibliografia	689
Bibliografia Complementar (2020)	707
Índice Remissivo	715







Prefácio

Este livro foi escrito a pedido de casa editora Atlantisz com o intuito de satisfazer o interesse de leitores de outros países pela história da Hungria. Não se destina prioritariamente a um público profissional, porém ao leitor comum instruído, dotado de mediano conhecimento sobre o assunto e, ao mesmo tempo, interessado em manter um alto nível intelectual. Tais como visitantes atuais, passados ou futuros do país, desejosos de explorar sua peculiar identidade com maior profundidade do que a encontrada em manuais, alunos estrangeiros de diferentes disciplinas que estudam na Hungria, ou, ainda, graduandos em qualquer outro lugar que seguem curso de húngaro ou sobre a história da Europa Central.

Grande parte desse público costuma considerar a história da Hungria por intermédio de cômodos estereótipos. Mesmo se descontarmos as associações mais elementares que se fazem da “hungaridade” (*csikós* [vaqueiro], *gulyás* [gulache], *puszta* [estepe], música cigana etc.), prevalecem simplificações esquemáticas – em parte inspiradas pela própria Hungria – na concepção da Europa Ocidental e da América do Norte sobre o lugar da Hungria no mundo. Na Europa do Leste e Central, o antigo estatuto da Hungria como uma grande potência regional, sua subsequente redução de tamanho, bem como em importância internacional, e os desdobramentos resultantes têm suscitado igualmente





avaliações ao mesmo tempo simplistas e emocionalmente falsas sobre seu papel na história da região. Os modelos de “uma nação empenhada em esforços incessantes (e talvez louváveis) para emergir da (semi) barbárie e abraçar a Europa”, de “uma pequena nação lutando e sobrevivendo contra as disparidades”, ou, ainda, de “uma nação de opressores tornados desordeiros”, e similares, geram estereótipos que este livro tenciona dissipar ou – quando alguns deles, afora as distorções, contiverem um grão de verdade – desenvolver com vistas a uma fundamentação.

Com o intuito de alcançar o fim desejado, procurei combinar narrativa e análise, pela convicção de que contar uma história (e contá-la bem) é algo indispensável para atrair o interesse de qualquer leitor. O público a que me referi anteriormente será beneficiado se dispuser da possibilidade de examinar essa história contra o pano de fundo do desenvolvimento das “estruturas” históricas (a hierarquia social, grupos de solidariedade, ideias políticas e religiosas, cultura material e espiritual, relações e instituições jurídicas e políticas, sistemas de produção e hábitos de consumo etc.) em uma montagem comparativa. Parti do supostamente mais conhecido para o desconhecido, lembrando, quando relevante, alguns aspectos do desenvolvimento do Ocidente desde Carlos Magno até a União Europeia. Ao mesmo tempo, no mais das vezes procurei evitar a prática bastante comum de dividir histórias mais abrangentes em capítulos ou seções sobre política, desenvolvimento econômico, cultura etc., e tentei integrar esses tópicos ou alternar um e outro numa mesma abordagem nos pontos que me pareceram adequados. Espero que o resultado não seja um caos incompreensível, mas uma ideia de conjunto de uma história nacional, malgrado as rupturas e descontinuidades que a marcaram. Em prol dos que procuram temas específicos, e têm menos interesse em ler uma narrativa contínua, incluí referências a diferentes assuntos sob os títulos das seções no Sumário, e também busquei compilar um Índice suficientemente detalhado.

Este é o primeiro livro do gênero escrito em húngaro desde as transformações de 1989¹. Muitos dos trabalhos precedentes, de cujo mérito

1. É preciso acrescentar, contudo, que por volta de 2008 excelentes pesquisas históricas foram publicadas tanto na Hungria como no estrangeiro, e que a literatura sobre períodos mais restritos e áreas temáticas também tem se expandido. Isso foi levado em conta na Bibliografia atualizada, incluída no final deste volume.





pode-se apenas esperar se aproximar, estão há muito fora de catálogo ou foram concebidos com prioridades diferentes, ou ambas as coisas. Comecei a trabalhar no manuscrito em agosto de 1998, porém a espinha dorsal da estrutura do livro adveio dos cursos que tive o privilégio de ministrar a estudantes norte-americanos e da Europa Ocidental em Budapeste, acerca da história da Hungria e da Europa Central, entre 1985 e 1995. Iniciei essa atividade como professor assistente do falecido [professor] Péter Hanák, e devo imensamente a ele por minha iniciação na arte de apresentar um “resumo” do assunto a pessoas desprovidas de uma formação a respeito. Espero que este livro faça justiça à inspiração que obtive dele, assim como a Éva H. Balázs, que tem sido a mais dedicada crítica de meu trabalho ao longo de minha formação como historiador. Sou grato a ela, e também a András Geró, József Laszlovszky, László Péter, János Poór e Benedek Varga por terem lido o original, corrigindo erros ou lapsos, e sugerindo proveitosas revisões. Stefan Halikowski Smith empenhou-se meticulosamente em aperfeiçoar meu manuscrito em inglês. Por falhas remanescentes, com efeito, apenas este autor deve ser responsabilizado.

Tenho uma dívida um pouco diferente para com Tamás Miklós, o diretor da editora Atlantisz, por ter me incentivado a escrever este livro, e por nunca ter perdido a confiança em que ele seria realizado. Se um distanciamento apropriado de meu material temático foi plenamente alcançado, isso se deve em grande medida ao ambiente multicultural existente na Central European University [Universidade Centro-europeia], onde tenho trabalhado desde sua fundação. Nas últimas etapas da pesquisa, fui bolsista da [fundação] Andrew W. Mellon no Instituto de Estudos Avançados em Ciências Humanas da Universidade de Edimburgo. Embora eu focalizasse um projeto diferente, este livro também se beneficiou grandemente da tranquilidade e da atmosfera acadêmica que ali desfrutei. Como sempre, devo o maior reconhecimento à minha família, pela paciência e pelo apoio prestados a um autor não raro diante de dúvidas, ou mesmo da desesperança.

László Kontler

Budapeste, julho de 1999







Apresentação à Edição de 2008

Cerca de uma década é um tempo longo na vida de um livro que ousa incluir seções sobre o passado recente. Se eu fosse reescrever o Epílogo, o cauteloso otimismo que então manifestei (e mesmo na versão ampliada solicitada pela Palgrave para sua edição de 2002, e incluída neste volume) teria de ser consideravelmente mais moderado. Continuo a acreditar que a história da Hungria após 1989 é demarcada por sucesso, mais do que pelo fracasso, e que o fluxo contemporâneo será seguido por um refluxo. Ainda assim, é claro que em 2008 o Epílogo devia ser lido como um documento de época. Aqui se segue outro documento do gênero, um balanço impressionista sobre alguns dos acontecimentos observados desde a última edição, em um tom talvez mais pessoal do que um historiador pode se permitir, mas que poderá ser aceitável e adequado para uma apresentação.

A Hungria tem uma longa tradição de política simbólica, e uma versão bastante discutível dela tem sido defendida de modo mais veemente pelos dois campos políticos desde 1989. Mas tal política, beirando – e por vezes ultrapassando – inequívoca demagogia, não parecia realmente importar tanto desde que acompanhada por medidas dotadas de um nível suficiente de rigor fiscal e de uma disciplinada gestão do orçamento. Os mais notáveis acontecimentos pós-1989, relativamente a uma verdadeira mudança sistêmica – a estabilidade duramente conquistada e as





impressionantes taxas de crescimento geradas pelas políticas restritivas de meados da década de 1990, e levadas adiante depois da mudança de governo em 1998, somadas às decorrentes perspectivas de prosperidade econômica e ao acesso facilitado à União Europeia e a seus recursos –, pareciam tornar a Hungria suficientemente imune ao charlatanismo político ou, pelo menos, neutralizar seu alcance. Mas a realidade se mostrou bem mais complexa. A Hungria veio a se tornar Estado-membro da União Europeia em junho de 2004. Entretanto, em 2007 a estabilidade fiscal – apesar dos dados macroeconômicos razoáveis – encontrava-se em situação deplorável; a taxa de inflação, e o déficit público, que havia voltado a subir ao nível anterior, se não foram a causa principal do colapso do regime de Kádár no final dos anos de 1980, impediram os otimistas mais inveterados de pronunciar-se sobre o euro húngaro até 2010; a clivagem entre o governo e a oposição se tornara mais profunda do que nunca, desde 1989, com graves repercussões também sobre o ambiente social; e a violência, que estivera excepcionalmente ausente da atmosfera de mudanças políticas nesse período, se manifestou dramaticamente nas ruas de Budapeste no outono de 2006. O que acontecera? O espaço de que disponho aqui não permite mais do que um esboço de relato político, e as observações que se seguem são confessadamente subjetivas.

Para começar, às vésperas das eleições legislativas de 2002, o primeiro ministro Victor Orbán estava prestes a realizar seu projeto de unir todas as forças políticas “cívicas” – em sua terminologia, nacionais, de (centro-) direita – em “um só campo, sob uma única bandeira”, nomeadamente a sua própria. Como líder dessas forças, Orbán também alegava, em termos simbólicos e discursivos inequívocos, representar toda a nação em sua luta contra os vestígios do pós-comunismo, supostamente manifestados pelo Partido Socialista Húngaro [Magyar Szocialista Párt]. Não tivesse Orbán, cuja astúcia política só costuma ser superada por sua ambição, perseguido um jogo de soma zero, e, sim, ficado satisfeito com uma modesta ênfase nas conquistas de sua administração, poderia ter facilmente conquistado outro mandato parlamentar, ou até mesmo mais. Sua militância, no entanto, irritou não somente os simpatizantes socialistas, mas também não poucos “neutros” e mesmo alguns adeptos da direita política, mostrando-se contraproducente. Talvez mais importante ainda, essa estratégia deixou aos socialistas um espaço relativamente estreito,





mas que pôde ser explorado com máximo efeito: eles precisaram apenas reduzir as eleições legislativas a uma única questão – se as pessoas queriam alguém como Orbán para primeiro ministro, ou não. Basicamente, foi esta a questão colocada em 2002 pelo obscuro ex-*apparatchik* (e também, como depois se revelou, antigo “agente secreto”) e especialista em finanças Péter Medgyessy. A mesma pergunta foi formulada em 2006 pelo antigo líder da Associação da Juventude Comunista, Ferenc Gyurcsány, que reapareceu na política depois de uma carreira muito lucrativa e de grande sucesso nos negócios, inicialmente como assessor de Medgyessy. Em um Partido Socialista marcado por uma crise de liderança quase permanente, Gyurcsány passou a ser reconhecido cada vez mais como homem providencial, por conta de sua ambição e habilidade política, as quais chegavam a rivalizar com as de Orbán. Em ambas as ocasiões, a questão implícita, já referida, obteve resposta negativa. Os socialistas venceram por estreita margem as duas eleições, e pela primeira vez na história da democracia húngara moderna um governo de coalizão (dos socialistas com os liberais democratas, Aliança dos Democratas Livres [Szabad Demokraták Szövetsége] (SZDSZ), então reduzidos a um pequeno partido esforçando-se para permanecer acima da margem de votos necessária para figurar no Parlamento) conservou o poder, em 2006. Ainda em 2002, a extrema direita, Partido da Justiça e da Vida na Hungria [Igazság és Élet Pártja] (MIÉP) havia deixado o Parlamento. Na coalizão de 1998-2002, entre parceiros do União Cívica Húngara [Magyar Pólgári Szövetség] (FIDESZ), a união do Partido dos Pequenos Proprietários Independentes [Független Kiegazdapárt] (FKGP) se desintegrou, com alguns poucos membros migrando para o FIDESZ ou para o Partido Democrata Cristão [Kereszténydemokrata Néppárt] (KDNP), cujos líderes remanescentes também preferiram fazer uma aliança com o FIDESZ, a fim de não desaparecer da cena política. Ao mesmo tempo, o Fórum Democrático Húngaro [Magyar Demokrata Fórum] (MDF) decidiu evitar o “abraço mortífero” do FIDESZ, e dele manter distância, o que pode tê-lo ajudado a ingressar de forma independente no Parlamento em 2006, ganhando, porém, o estigma dos eleitores do FIDESZ de terem impedido a vitória da direita.

Normalmente, a continuidade no governo daria por si mesma a impressão de permanência, estabilidade e satisfação. No entanto, na Hungria, tanto hoje como, muitas vezes, no passado, as coisas costumam





se passar de outro modo. De maneira bastante insólita, as eleições de 2006 revelaram ser uma votação de protesto pró-governo, na qual a rejeição a Orbán – sem dúvida sustentada por sua disfarçada demonização pelos partidos do governo – assomou maior do que talvez qualquer outra consideração. Ao lado da retórica inflexivelmente conflituosa de “eles” e “nós”, adotada em 2002 e ampliada desde então, a oposição também cometeu o erro de focar sua campanha na alegada deterioração geral do padrão de vida na Hungria sob a gestão socialista-liberal, embora isso simplesmente contrariasse os fatos. O que teria sido realista acentuar era que a efetiva *melhoria* do padrão de vida para a maioria da população foi obtida ao custo de hiperbólicas despesas do governo, que então precisavam ser contidas – e a oposição o fez até certo ponto, porém a credibilidade desse argumento usado por ela foi prejudicada pelo fato de, ao mesmo tempo, seus próprios candidatos fazerem promessas eleitorais que implicavam os mais absurdos ônus sobre o já exorbitante orçamento de serviços sociais.

A “competição de promessas” é, de fato, um elemento crucial nessa história. Em 2002, Medgyessy saiu vitorioso não apenas em razão de uma ligeira maioria do eleitorado indignada com a arrogância de Orbán, mas também porque os socialistas compreenderam que o realismo e a responsabilidade jamais derrotariam Orbán: Medgyessy teve de ser um anti-Orbán, apresentando imagens de um futuro brilhante, independentemente da real capacidade produtiva do país. Em 2002 essa estratégia triunfou. O fato de, em 2006, numa tendência inversa, ela ter falhado, pode ser visto até mesmo como um sinal de sobriedade de parte dos eleitores: enquanto dificilmente eles pudessem tomar pelo valor de face os relatos confiantes da coalizão sobre uma “economia exuberante”, talvez precisamente por essa razão, eles não levaram suficientemente a sério as promessas eleitorais artificiais feitas pelo FIDESZ a ponto de conduzi-lo novamente ao governo. Depois da inesperada vitória em 2002, Medgyessy sentiu-se obrigado a honrar escrupulosamente os compromissos de campanha, e desse modo a espiral de gastos, já alarmante durante o último ano do governo de Orbán, continuou até o final da legislatura parlamentar. Embora Medgyessy tenha sido forçado por seu próprio partido e coalizão a renunciar em agosto de 2004, seu sucessor, Gyurcsány, desistiu de implementar qualquer mudança importante. Mas quando o tempo esquentou em sua base, a campanha para uma nova eleição era





iminente – e não havia uma atmosfera muito auspiciosa para iniciar um segundo programa de austeridade em dez anos.

Essa procrastinação foi uma clara jogada. Os meios dos negócios internacionais mostravam crescente preocupação e importantes autoridades da União Europeia enviavam advertências pontuais, mas Gyurcsány apostou tudo em sua boa vontade para continuar, e para afastar o colapso da economia, até que novas eleições pudessem confirmá-lo no cargo. Durante um ano e meio, ele manobrou para restabelecer apoio e a reputação de seu partido, cuja posição aflitiva foi comprovada nas eleições do verão de 2004 para o Parlamento Europeu e, novamente, um ano depois, com a eleição do candidato apoiado pela oposição, László Sólyom, para presidente da República (a coalizão de partidos pró-governo não foi capaz de chegar a um acordo mutuamente aceitável em favor de um candidato). Assim como 1998 registrara um triunfo pessoal de Orbán, a maior parte do crédito para o sucesso socialista de 2006 deve ser atribuída a Gyurcsány, que obtivera então uma chance de satisfazer sua ambição e implementar sua própria “visão”. Enquanto visão complexa (que parecia implicar uma visão de si mesmo como possuidor do remédio definitivo), no plano tático ela dependia fortemente da tentativa de manter a Hungria afastada de Cila em uma rota política considerada perigosa por conta de sua inclinação para o nacional populismo – mas, ao perseguir esse fim, o país foi conduzido em direção à Caribdes² do consumo, muito além de sua produtividade.

A euforia de uma segunda e sucessiva vitória eleitoral socialista-liberal não podia durar muito. Paradoxal e caracteristicamente, a hora da verdade tinha chegado, com a revelação de uma mentira. Já no momento em que o governo anunciava suas primeiras medidas com vistas a rever o dinossauro dos custos excessivos dos serviços sociais húngaros, no verão de 2006 a oposição denunciava que a vitória da coalizão fora baseada no ocultamento sistemático aos cidadãos da situação real da economia do país, alegando, assim, que o novo governo era “ilegítimo”. A “verdade” veio à tona em setembro de 2006, com a divulgação

2. O autor alude neste trecho às figuras da mitologia grega, referidas por Homero, Cila (deusa transformada em rochedo) e Caribdes (mudada em perigoso turbilhão), cujas metamorfoses são supostamente situadas na costa da Sicília. A expressão “entre Cila e Caribdes” evoca dilema e perigo iminente, aproximadamente como o nosso conhecido adágio “entre a cruz e a espada” (N.T.).





da gravação de uma fala infame do primeiro ministro em uma reunião fechada com os parlamentares do Partido Socialista. Empregando um tom acalorado e linguagem torpe, ele admitiu má gestão coletiva e pessoal – além de mentiras –, em prol da manutenção do poder político, mas, ao mesmo tempo, incitava ao abandono dessa tática e à implementação de reformas restritivas que corrigissem os erros no futuro. Essa confissão não apenas fez com que a Hungria merecesse a maior cobertura da imprensa internacional desde 1989 (e que diferença!), como também suscitou o impacto de ondas de consternação pelo país, levando a oposição à vitória nas eleições municipais de outubro virtualmente em todos os lugares, exceto a capital. Manifestações, frequentemente encerradas em tumulto, estiveram na ordem do dia até 23 de outubro – data do cinquentenário da Revolução de 1956, celebrada, desse modo, em circunstâncias bastante lamentáveis.

Durante essas semanas críticas e, na verdade, enquanto isso pareceu promissor, Orbán e o FIDESZ, anunciando uma crise geral “moral, política e econômica”, recorreram a todos os meios para derrubar o governo, com apelos à desobediência civil e à realização de plebiscitos sobre as medidas restritivas, mediante boicote aos discursos do primeiro ministro no Parlamento, e fechando os olhos a manifestações verbais e simbólicas de extremismo entre os manifestantes da direita radical. Por sua vez, Gyurcsány e o gabinete ministerial mantiveram-se intransigentes em persistir na persecução das reformas, enquanto a polícia mostrava-se bastante lenta em se adaptar ao novo desafio, configurado em formas diversas de política de rua – ou empregando força insuficiente ou reagindo com excessos à situação, reprimindo indiscriminadamente manifestantes pacíficos e desordeiros violentos. Em 15 de março de 2007, a Hungria deveria supostamente estar comemorando a Revolução de 1848, quando democratas de Peste clamaram por “paz, liberdade e consenso”. Em vez disso, ovos e tomates foram atirados contra o único representante da coalizão a discursar nas comemorações (o prefeito liberal democrata de Budapeste, Gábor Demszky), enquanto Orbán propunha que uma “nova maioria”, construída desde as eleições de abril de 2006, pudesse se lançar contra o governo de uma “nova aristocracia”. Naturalmente, não seria o caso de exibirem-se falsos sinais de unidade nos feriados nacionais, quando a unidade estava bem distante da experiência cotidiana. Mas, se a conclamação de Orbán devia ser entendida como





algo mais do que outro exercício retórico, cujo objetivo era manter o público – o seu público – em um estado de permanente mobilização emocional, ela se fundamentava em uma leitura equivocada da situação. Já então (e principalmente agora) uma “atmosfera revolucionária” parecia limitada a uma minoria relativamente pequena de frustrados, xenófobos radicais de direita. De fato, os votos dessa minoria podiam sempre constituir o fiel da balança, e até recentemente Orbán nunca fora muito capaz de resistir à tentação de apelar a seus sentimentos. O comparecimento aos comícios do FIDESZ atingia números de seis dígitos, o que equivalia a um público devoto e cativo representando uma massa maior que, sem dúvida, afluiria às urnas e apoiaria as posições do FIDESZ em plebiscitos a serem realizados sobre alguns dos itens do “pacote Gyurcsány”. As medidas recentes incluíam a privatização do sistema de seguro de saúde e a introdução de honorários sobre os serviços médicos; a consolidação (e o aumento) das taxas de ensino na educação superior; o desmantelamento de ferrovias subutilizadas – para mencionar apenas algumas causas do aumento nos índices de ressentimento. Mas o gabinete ministerial seria mesmo dissolvido sob o peso de possível rejeição nesses plebiscitos (cujo número tendia a inflacionar o valor mesmo dessa instituição)? Ou, se isso fracassasse, o povo poderia afastá-los (como acontece com ditadores – pois, diversamente do que Orbán sugeria, governantes tendem a ser afastados nas ditaduras, e não em democracias, pois nestas tal afastamento tem por nome eleições gerais, a próxima estando prevista para 2010 na Hungria)?

Esse cenário mostrava-se bastante improvável. O susto de setembro-outubro de 2006 parece ter passado. Naquela época as restrições ainda constituíam basicamente um plano, enquanto agora algumas delas se tornaram realidade. A atmosfera, embora tensa, é perceptivelmente menos histérica, não obstante os prognósticos quase diários de Orbán sobre a iminente queda do gabinete. Hoje, o caráter inevitável da necessidade de conter o excesso de consumo mediante um pacote de restrições temporárias é mais ou menos reconhecido no país; mas muitos se recusam a aceitar restrições da parte daqueles que atualmente as impõem e que parecem ter suma responsabilidade pelas dificuldades. Até mesmo muitos simpatizantes se mostram perplexos com as políticas atuais, que com frequência parecem bastante improvisadas, confusas, incoerentes e desastradas. Iniciativas populistas – como a bem-vinda





determinação de se eliminar a corrupção política por meio de uma série de medidas, a serem antes, porém, respaldadas por outro plebiscito – são convenientes, tal como as do outro lado, apenas para desviar a atenção das questões importantes. As pessoas começam a perceber: depois das violentas manifestações sob o signo do simbolismo de extrema direita, o país passa a ter uma onda de greves voltadas para problemas reais que afetam as perspectivas de felicidade de alguns milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o gabinete [conselho de ministros] encontra-se sob uma forte pressão de urgência: a gravidade da situação lhe deixa pouco tempo para planejamento estratégico, especialmente enquanto ele não tiver outra escolha além de esperar que os primeiros resultados das reformas (incluindo-se os efeitos fecundantes das primeiras parcelas do dinheiro da União Europeia) possam ser sentidos e apreciados pelo povo, a tempo de se colherem benefícios políticos na campanha da próxima eleição, em 2010. Contudo, isso requereria um nível de confiança e cooperação entre a população que, no presente, não pode ser garantido, pois a popularidade do primeiro ministro, do gabinete, da coalizão – e, aliás, de toda a classe política – encontra-se em seu nível mais baixo. Portanto, trata-se outra vez de uma aposta e de uma corrida contra o tempo, em que os riscos, infelizmente, são repartidos por todos.

Se, e quando, a pressa e o imprevisto cessarem; se, e quando, Gyurcsány e seu Ministério (ou o governo fantasma do FIDESZ) mostrarem sua competência não apenas mediante um programa maquiavélico de ajuste para suas necessidades cotidianas de obter ou manter poder político, e suas medidas produzirem as esperadas melhorias, poderá, então, haver maior estabilização. Só o tempo dirá se essa é uma avaliação correta. Deve-se apenas esperar que a Hungria emergja desse desagradável esforço sem novas crises.

Como estive perto de abandonar a perspectiva do historiador, devo parar antes de assumir o papel de oráculo. Resta-me expressar meus agradecimentos e apreço à editora Atlantisz por acolher e preparar esta nova edição.

László Kontler

Budapeste, dezembro de 2007





LANÇAMENTO 2020

JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

www.edusp.com.br/loja

LIVRARIAS

www.edusp.com.br/livrarias

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

divulga@usp.br

